



A gênese da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB): disputas políticas, concertação interinstitucional e missão

Laumar Neves de Souza¹
Valter Bastos Cunha Filho²
Carolina de Andrade Spinola³
Roberto Bagattini Portella⁴

Recebido em: 19-08-2024

Aceito em: 07-12-2024

Resumo

O objetivo desta investigação é historiar o processo de criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), de modo a identificar as possíveis lutas políticas que foram travadas em torno dessa ocorrência, a concertação que teve que ser costurada para que ela viesse a termo, bem como os nortes que serviram de balizadores para que a sua missão institucional fosse desenhada. Para levá-la adiante se recorreu fundamentalmente à realização de pesquisa bibliográfica e documental. Ao menos duas coisas chamaram por demais a atenção no processo de gestação da referida universidade: 1) o empenho efetivo de grande parte dos atores e instituições envolvidos para que a Bahia ganhasse esse equipamento público de educação, em que pese a existência de conflitos de interesse, que precisaram, evidentemente, ser apaziguados; e 2) a perspectiva redentora que ele envolveu, na medida em que trazia esperança da chegada de um novo tempo.

Palavras-chave: Expansão do Ensino Superior; Inclusão Social no Ensino Superior; Políticas de Expansão Universitária; Políticas Públicas de Educação; Universidade Federal do Oeste da Bahia.

The genesis of the Federal University of Western Bahia: political disputes, interinstitutional consultation and mission

Abstract

The aim of this investigation is to document the creation process of the Federal University of Western Bahia (UFOB), in order to identify the possible political struggles that took place around this event, the agreements that had to be crafted for it to come to fruition, as well as the guiding principles that served as markers for its institutional mission to be designed. To carry it out, bibliographic and documentary research was fundamentally employed. At least two things drew significant attention during the gestation process of the aforementioned university: 1) the effective commitment of most of the actors and institutions involved to ensure that Bahia would gain this public education facility, despite the existence of conflicts of interest that evidently needed to be appeased; and 2) the redemptive perspective it involved, as it brought hope for the arrival of a new era.

Keywords: Higher Education Expansion; Social Inclusion in Higher Education; University Expansion Policies; Public Education Policies; Federal University of Western Bahia.

¹ Doutorado em Ciências Sociais (UFBA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS). E-mail: laumar.souza@animaeducacao.com.br
<http://orcid.org/0000-0002-7739-1690>

² Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). E-mail: valterbastoscunha@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0004-3331-2892>

³ Doutorado em Geografia (Universidade de Barcelona-UB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS). <http://orcid.org/0000-0002-0941-0343>
E-mail: carolina.spinola@animaeducacao.com.br

⁴ Doutorado em Engenharia Ambiental (Universitat Politècnica de Catalunya - UPC). Professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). <https://orcid.org/0000-0003-4236-3128> E-mail: roberto.portella@ufob.edu.br

1 Introdução

A relação entre universidades e desenvolvimento tem sido amplamente discutida na literatura nacional, com um consenso crescente sobre a importância dessas instituições como motores de progresso econômico, social e regional. Diversos estudos destacam diferentes aspectos dessa relação, elucidando como as universidades contribuem para o desenvolvimento de várias maneiras.

Então, com base nessa linha argumentativa que se defende no âmbito deste trabalho que a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), sem sombra de dúvida, se constituiu em um marco significativo quando se pensa na implementação de ações por parte do poder público, em associação com outros atores da sociedade, que concorreu para a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região que a acolhe. Situada em uma área historicamente marcada por desigualdades de acesso ao ensino superior, a criação ~~fundação~~ da UFOB representou um esforço para democratizar o conhecimento e fomentar o desenvolvimento regional. A universidade foi concebida com o objetivo de atender às demandas específicas da região Oeste da Bahia, oferecendo cursos e programas que dialogam diretamente com as necessidades locais, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para a promoção de pesquisas que possam gerar impacto positivo na comunidade.

A sua gênese, no entanto, não foi um processo simples. Com efeito, ele envolveu, como será evidenciado mais à frente, uma série de disputas políticas e negociações interinstitucionais que refletiram os interesses diversos dos atores envolvidos. Efetivamente, desde a ideia inicial até a sua implementação, houve um complexo jogo de forças entre governos, instituições acadêmicas, lideranças locais e outros *stakeholders*, cada um com suas visões e prioridades. Justamente em razão desse contexto que o presente artigo busca historiar o processo de criação da referida universidade, de modo a identificar as lutas políticas que foram travadas em torno dessa ocorrência, a concertação que teve que ser costurada para que ela viesse a termo, bem como os nortes que serviram de balizadores para que a sua missão institucional fosse desenhada.

Vale mencionar que há pelo menos quatro argumentos que se prestam a justificar a elaboração deste artigo. Um deles é que na medida em que se registra e vasculha o processo de criação da UFOB trabalha-se em favor da preservação da memória institucional e regional, fato esse que, inequivocamente, reveste-se de um sentido especial quando se pensa tanto na possibilidade de realização de pesquisas futuras congêneres quanto de estudos que busquem

compreender a evolução das políticas públicas educacionais no Brasil. Um outro deriva do entendimento de que a compreensão das disputas políticas em torno da criação da UFOB permite uma leitura mais profunda das forças e interesses que influenciam a política educacional no país, ao tempo em que ajuda a entender, de igual modo, como os interesses locais, regionais e nacionais se entrelaçam na formulação de políticas públicas.

O terceiro, por sua vez, vem à baila precisamente em função de que a tarefa de historiar a criação da universidade em questão e entender os desafios enfrentados para se levar tal empreendimento a termo, constitui-se em um exercício que pode oferecer *insights* sobre o papel das universidades públicas no desenvolvimento regional, o que pode vir a ser um subsídio importante notadamente para os formuladores de políticas que possam replicar esse impacto positivo em outras regiões carentes do Brasil. O quarto, por seu turno, pode ser encontrado quando se pensa em termos de contribuição acadêmica, haja vista que um estudo que detalhe as tramas envolvidas na criação da UFOB têm, pelo menos em tese, potencial para enriquecer a literatura dedicada a discutir a expansão do ensino superior no Brasil, contribuindo com novos dados e perspectivas sobre os processos envolvidos na criação de novas universidades federais.

Enfatize-se que para levar adiante este exercício investigativo se recorreu fundamentalmente à realização de pesquisa bibliográfica e documental. A razão de ter operacionalizado esse primeiro expediente de investigação foi a necessidade de conhecer as ocorrências que moldaram e possibilitaram a criação da UFOB. Já o segundo expediente foi levado a termo em função da exigência que se impunha de identificar, nos documentos oficiais que estabeleciam as bases de funcionamento da UFOB, bem como em documentos outros, alheios à própria universidade, quem eram os atores que estiveram ligados ao processo que resultou na sua fundação, o que abria naturalmente espaço para perceber quais foram as disputas políticas que surgiram e verificar a missão institucional que lhe foi desenhada.

Esclarecidos esses aspectos do estudo, cumpre informar agora que se optou por estruturá-lo em mais três seções, além desta introdução. Na segunda, busca-se identificar os fatores estratégicos e viabilizadores da criação da universidade em tela. Já na terceira investe-se na exposição de alguns fatos que se prestam a contar a história de criação da UFOB, evidenciando quem eram os atores envolvidos, as disputas políticas que se apresentaram e as intenções que se tinha ao implantar um equipamento público de tão pronunciada envergadura. Na quarta, e última, são explicitadas as considerações finais.

2 Identificando algumas ideias, circunstâncias e ações que deram sentido e viabilizaram a criação da UFOB

Na segunda metade dos anos 2000, Teixeira, Vitcel e Beber (2007) eram categóricos ao apontar que havia um interesse cada vez maior por parte das academias/universidades com a temática do desenvolvimento regional sustentável, e de que maneira elas poderia se posicionar de modo a buscar formas de promovê-lo. Essa leitura também era comungada por autores como Rolim e Serra (2010, p. 3), os quais eram enfáticos ao apontar que “o papel das universidades no desenvolvimento regional vem recebendo uma atenção crescente nos últimos anos e está sendo considerado como elemento chave do processo”.

Em linha com essas perspectivas, passou a ganhar corpo no Brasil, no alvorecer dos anos 2000, um processo de expansão do ensino superior, capitaneado pelo Estado que atribuía “lugar de destaque para o papel transformador da educação, em especial de nível superior, na tarefa do desenvolvimento” (Marques; Cepêda, 2012, p. 164). Reconhecendo a exclusão de grupos sociais vulneráveis no acesso ao ensino superior, ele passou a implantar um conjunto de políticas públicas que ambicionavam a ampliação da oferta de vagas de Graduação, do número de instituições de ensino superior no país, bem como promover uma redistribuição de tais instituições na malha nacional e regional.

Essa movimentação ocorreu no bojo e se atrelou ao que a literatura convencionalmente designou de novo desenvolvimentismo, uma proposta que, grosso modo, retoma o modelo de crescimento desenvolvimentista que norteou as políticas públicas no país durante décadas. Esse modelo, segundo Marques e Cepêda (2012), se apresentou com variadas faces: desenvolvimentismo democrático-populista, década de 1950 e metade da de 1960; desenvolvimentismo burocrático-autoritário, de 1964 até o esgotamento da ditadura militar, no início da década de 1980; seguindo a interrupção parcialmente do modelo desenvolvimentista no final dos anos 1980 e na década de 1990, período “caracterizado pela valorização e adoção de políticas denominadas neoliberais” (Marques; Cepêda, p.163).

Em linha com o ideário do novo desenvolvimentismo, no período recente, foram instituídos pelo Governo Federal alguns programas específicos que visavam criar condições para a expansão do ensino superior. Entre essas iniciativas, como assinalado por Padim (2022), estava o Programa Expandir (conhecido como Programa de Expansão Fase I, que antecedeu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI), lançado, em 2003, e que objetivava a expansão da rede federal de ensino superior e sua interiorização.

Algumas outras, seguindo o relato de Araújo (2011), foram: (1) o Programa Universidade para Todos (ProUni, Lei 11.096 /2005), que oferta bolsas parciais e integrais em instituições de ensino superior privadas, tendo por público alvo alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica; (2) o Sistema de Universidade Aberta do Brasil (UAB), viabilizado pelo Decreto 5.622/2005, que regulamenta o ensino a distância no país, e em seguida o Decreto 5.800/2006, que institui as UAB, como “instrumento de democratização desse nível de ensino para regiões mais remotas do país”; (3) o Plano Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR), Decreto 6.755/2009, “com a finalidade de organizar, em cooperação entre a União, Estados e Municípios, a formação inicial e continuada de professores das redes públicas que atuam na educação básica”; e “integrando o conjunto de programas que tem a expansão como eixo central”, tem-se o mais arrojado que foi (4) o REUNI, Decreto 6.096/2007, que propõe “melhor aproveitamento da infraestrutura física e de recursos humanos das universidades federais,” com melhoria dos seus indicadores e a ampliação das vagas no ensino de Graduação (Araújo, 2011, p. 84-92).

De acordo com Silveira et al. (2021), o REUNI foi lançado com o propósito de prover a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, conforme projetado pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Na visão de Teixeira (2013, p. 25), “o REUNI é um ambicioso programa de expansão e reestruturação do sistema federal de educação superior”, que foi concebido para permitir o ingresso de 680 mil alunos nos cursos de Graduação. As ações desse programa, conforme esse último autor, visam ainda “a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas, com a finalidade precípua em diminuir as desigualdades sociais no país” (Teixeira, 2013, p. 25).

Em termos didáticos, acompanhando o relato de Ferreira e Oliveira (2016), se pode asseverar que o primeiro período no qual a expansão universitária pública federal, que se fez menção foi aferida, compreendeu o intervalo de tempo que cobre os anos de 2003 a 2007, momento em que houve a instalação de novas universidades e campi em regiões não metropolitanas. Já o segundo, por seu turno, ocorreu entre 2008-2012, e foi marcado pela implementação do REUNI (2008-2012). O terceiro, por sua vez, abarca os anos de 2012 a 2014, sendo caracterizado pela continuidade da expansão de novas universidades e de novos campi e a implementação de políticas específicas de desenvolvimento regional.

Foi exatamente na esteira dessa movimentação que foram implantadas, no interior baiano, as seguintes universidades federais: Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), estabelecida em 27 de junho de 2002, com sede em Petrolina-PE e Campus em Juazeiro-BA, Senhor do Bonfim-BA e Paulo Afonso-BA; a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), criada em 29 de julho de 2005, com sede em Cruz das Almas; a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), concebida em 20 de julho de 2010, com sede em Redenção-CE e Campus em São Francisco do Conde-BA; a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), originada em 05 de junho de 2013, com sede em Itabuna; e, finalmente, a UFOB, criada em 05 de junho de 2013, com sede em Barreiras.

Importante registrar, neste ponto, que essas iniciativas caminhavam na direção de amenizar um grave quadro de desigualdade no acesso à educação superior no estado da Bahia. Efetivamente, antes das políticas educacionais supracitadas terem sido implantadas havia na “Boa Terra”, até o início da década de 1970, uma única instituição de ensino superior federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo a oferta de cursos de Graduação feita fundamentalmente na capital, com a colaboração de algumas outras instituições como a Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e a Universidade Salvador (UNIFACS), situação essa que revelava a macrocefalia soteropolitana do ponto de vista educacional que imperava.

Em se tratando da região oeste especificamente, faz-se mister ressaltar que ela era muito timidamente servida de uma estrutura educacional que ofertasse cursos de nível superior e que dialogasse com as reais necessidades do seu mercado de trabalho, o qual, por óbvio, era e é influenciado direta e indiretamente pela dinâmica e lógica de operação e funcionamento do agronegócio que cada vez mais nela se consolida. Isso porque, ela só contava com o Campus IX da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizado em Barreiras, e que foi implantado em 1991, e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), derivado do antigo Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), que passa a ofertar seu primeiro curso superior em 2008.

Foi diante de um quadro de escassez de oferta de ensino superior dessa região que nasceu o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), em 2006, patrocinado pela UFBA, o qual posteriormente se transformaria na UFOB. Tal instituição se junta as outras duas instituições públicas mencionadas anteriormente em um esforço do poder público para elevar as credenciais educacionais da população do oeste baiano, ao qual, a bem da verdade, se somam também um conjunto de outras instituições de natureza privada.

Certamente, passar a abrigar uma instituição de ensino superior com o porte e os compromissos sociais que possui, por exemplo, a UFOB é indiscutivelmente um evento de mais alta relevância para qualquer região. Como bem dizem Andrade et al. (1980), ao refletirem sobre a importância e a participação da universidade no desenvolvimento regional, por criar um ambiente crítico, a universidade termina por interferir nas relações de poder que contribuem para o desenvolvimento político, econômico e social de uma região¹.

3 Atores, costuras políticas e os passos administrativos que deram lugar à UFOB

Como já indicado, a UFOB teve no ICADS, Campus Reitor Edgard Santos, seu núcleo original. Em 21 de novembro de 2005, em Salvador, quando o processo de interiorização do ensino superior dá seus primeiros passos pelo país, embalado pelo Programa Expandir (Governo Federal - Programa de Expansão Fase I), o plenário do Conselho Universitário da UFBA aprovou a Resolução nº 04/05, que criava o referido Instituto, em Barreiras. Posteriormente, tal resolução foi regulamentada pelo Decreto nº 5.773/2006, do Ministério da Educação (MEC), sendo publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 165, Seção 1, em 27/8/2006.

Para se chegar nesse desfecho, porém, algumas disputas políticas foram travadas, as quais provocaram grande controvérsia e geraram enorme repercussão entre os atores que estavam envolvidos no processo de criação da citada Universidade, conforme relata Padim (2022). Com efeito, havia duas posições absolutamente dissonantes em relação a qual Universidade deveria ter a prerrogativa de instalar o Campus avançado da UFOB. De um lado, estavam os que defendiam que tal incumbência deveria ficar a cargo da Fundação UNIVASF, com sede em Petrolina/Pernambuco. Do outro, se encontravam os que se posicionavam a favor de que a referida tarefa fosse executada pela UFBA, com sede em Salvador/Bahia.

Prova dessa disputa pode ser encontrada ao se consultar o semanário *Novoeste*, periódico da região, mais precisamente a edição de 11 a 20/09/2005. Nela se pode identificar uma matéria, na qual se pode perceber com clareza que havia uma disputa política acirrada que opunha, entre tantas outras, personagens que ocupavam cargos eletivos na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, cada uma defendendo um ponto de vista nesse embate de ideias. De modo concreto, a aludida edição dava conta de que, de um lado, a deputada Antônia Pedrosa

¹ Para confirmar esse entendimento, recomenda-se consultar Bosi et al. (2000), bem como Hoff, Pereira e Paula (2017).

lutava para que coubesse a UNIVASF a responsabilidade de criar o mencionado Campus avançado, posição essa que era contrariada pelo seu colega de parlamento, o deputado Arthur Maia, que entendia que essa tarefa era prerrogativa a ser assumida pela UFBA.

Ao que parece, prevaleceu o bom senso e os interesses baianos foram, por assim dizer, integralmente preservados, já que a UFBA acabou sendo escolhida para dar conta da tarefa de criar o mencionado Campus avançado. Contou muito para esse desfecho o fato do Reitor dessa instituição à época, Naomar de Almeida Filho, ter abraçado essa causa e ter trabalhado em prol da estruturação de uma concertação política que envolvia atores em diferentes níveis administrativos².

Além da UFBA, como seria natural esperar, outras instituições e personagens da região oeste da Bahia abraçaram com ênfase a ideia de criação do Campus avançado em tela. Destacam-se, neste particular, as prefeituras municipais da região, que viam no ICADS um mecanismo importantíssimo para viabilizar a qualificação técnica dos seus respectivos quadros de servidores, bem como, em uma escala mais ampliada, favorecer o desenvolvimento regional. Não por acaso, tal Instituto nascia tendo o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como premissas basilares, em face, como visto, do forte avanço do agronegócio na região, o qual, se de um lado, trazia notórios benefícios econômicos, de outro, fazia eclodir preocupantes impactos ambientais.

Uma vez tendo chamado atenção para as disputas políticas envolvidas na criação do ICADS, é chegado o momento de indicar quais foram os encaminhamentos administrativos iniciais que foram necessários para lhe dar concretude. Assim sendo, é fundamental registrar que a UFBA designou Joana Angélica Guimarães da Luz, geóloga de formação, professora pertencente ao seu quadro docente lotado em Salvador, para ocupar, em Barreiras, a função de diretora pro-tempore do recém-criado, em outubro de 2006, ICADS. Para auxiliá-la nas atividades administrativas e acadêmicas, foram contratados prestadores de serviços locais, até que se pudesse processar o concurso público para técnico administrativo.

Em paralelo ao equacionamento dessas questões de ordem administrativas, relativas à contratação de pessoal, impunha-se também a necessidade de encontrar soluções para a questão do espaço físico que abrigaria tal Instituto. Para se chegar a bom termo nessa seara, foi crucial a colaboração do poder público municipal, tendo em vista que o ICADS foi instalado em um conjunto de sete prédios centenários doado pela Prefeitura Municipal de Barreiras, onde

² Depoimento de Saulo Pedrosa, o então prefeito de Barreiras, que esteve por demais envolvido nas tramas que resultaram na implantação da UFOB, disponível em Padim (2022), é bastante eloquente nesse sentido.

funcionava o antigo Colégio Padre Vieira. Com efeito, o então prefeito Saulo Pedrosa, ressaltando a importância histórica desse patrimônio para o município, por ser um marco da educação na cidade, transferiu ao Instituto a guarda do Memorial do Colégio Padre Vieira, acervo com fotos de ex-alunos, professores e funcionários, documentos, medalhas de honra etc., que contam parte da história de Barreiras e da região.

Com essa doação efetivada, a UFBA procedeu a uma reforma preliminar nos prédios, visando a instalação inicial do Instituto, o qual teve suas atividades instauradas em outubro de 2006, contando com seis cursos de Graduação, quais sejam: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia e Química. Outra providência adotada nesse ano pela UFBA, mais precisamente em dezembro, foi a emissão da Portaria 925/06, que instituiu uma Comissão Especial que deveria se dedicar ao trabalho de criação de uma nova universidade no oeste da Bahia.

Em absoluta ressonância com essa movimentação, já em 2007, a direção do ICADS, mediante a Portaria 04/2007, constituiu a Comissão Especial local para estudar o desmembramento do ICADS da UFBA (Padim, 2022). Registre-se também que nesse último ano foi criado o curso de Física e providenciada a realização do seu primeiro concurso público, que resultou na contratação de quinze técnicos administrativos, que seriam os pioneiros, ao lado da diretora Joana Angélica, na consecução do projeto ICADS, que tinha como nobre missão promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na região oeste da Bahia.

Dando continuidade à elaboração desse relato, que se constituiu na confecção de uma espécie de linha do tempo, que apresenta os acontecimentos que foram se sucedendo e dando vida ao ICADS, convém consignar que, em 2008, foram aprovados os cursos de Engenharia Civil, Matemática e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia (BICT). Outro acontecimento de relevo ocorrido em 2008 foi o ICADS receber a visita do então governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner. Na ocasião, o reitor da UFBA, Naomar de Almeida Filho, entregou oficialmente ao governador o projeto de desmembramento do ICADS, visando a criação de uma universidade federal no oeste baiano.

Nesse documento procurava-se, naturalmente, justificar o quanto a UFOB seria importante para reafirmar a soberania do Estado baiano sobre o território e somaria para o desenvolvimento, pois contribuiria para ampliar o potencial econômico regional e, por conseguinte, favoreceria para elevar o seu padrão de desenvolvimento, na medida em que, por

exemplo, oportunizaria aos moradores da região o ingresso em uma universidade pública, fato esse ajudaria a atenuar o problema da macrocefalia em termos da oferta de educação nesse nível de ensino que existia em Salvador. Como não poderia deixar de ser, o governador se mostrou favorável e o projeto foi entregue ao MEC para os encaminhamentos devidos, os quais percorreriam longa e sinuosa trajetória.

Com a perspectiva da futura Universidade, ainda em 2008, foi construído, no terreno doado, pelo Sr. João de Germano, para a implantação do Campus definitivo da UFOB, o Pavilhão de Laboratórios, composto de 36 laboratórios, necessidade premente, uma vez que as antigas instalações do Colégio Padre Viera, onde eram ministradas as aulas teóricas, não comportavam as exigências das atividades práticas laboratoriais dos cursos.

Em 2009, são registradas pelo menos duas situações que são dignas de nota no ICADS: 1) a aprovação dos cursos de História e do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BIH); e 2) a conclusão do Pavilhão de Aulas II e do Pavilhão Biblioteca, e que só foram possíveis em função da utilização de recursos disponibilizados pelo governo federal através do Programa REUNI.

Seguindo essa cronologia, o ICADS formou, em novembro de 2010, a primeira turma dos seus cursos iniciais, em cerimônia que contou com a presença da então reitora da UFBA, a professora Dora Leal Rosa, que a presidiu. Essa solenidade marcou, por assim dizer, o coroamento de uma longa caminhada e contou com a presença da diretora do ICADS, a professora Joana Angélica Guimarães da Luz, da prefeita de Barreiras, Jusmari Oliveira, e da comitiva vinda de Salvador, formada pelo chefe de Gabinete da Reitoria, Fernando Rego, dos pró-reitores Paulo Vilaça, Eduardo Portela, da Professora Emérita da UFBA, Yeda de Andrade Ferreira, além de diversas autoridades e representantes da comunidade local. Outra ocorrência relevante do ano de 2010 foi a conclusão do Pavilhão de Aulas I, edificação essa que estava envolta em querela jurídica, em função da falência da empresa executora da obra.

Buscando viabilizar o desmembramento e conseqüente criação da nova Universidade, em 2011, a Reitora da UFBA, Dora Leal Rosa, emitiu a Portaria 555/2011, que criou a Comissão Especial de Implantação. Tal comissão caracterizou-se por ser mista, envolvendo membros da UFBA, lotados em Salvador, e integrantes do ICADS, e tinha a missão de realizar estudos gerais na região oeste da Bahia, ouvir as comunidades, levantar dados econômicos, conhecer as características socioculturais dos municípios, buscar parceiros, etc., visando a implantação da UFOB. De modo preciso, ela foi composta pelos professores Luiz Rogério Bastos Leal, presidente

da Comissão, Dirceu Martins, Marcelo Embiruçu de Souza, Poty Rodrigues de Lucena, pelo técnico administrativo Valter Bastos Cunha Filho e pelo discente Marciel Henrique Rêgo Vianna.

Em total sintonia com essa movimentação, também, em 2011, o Governo Federal apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2.204 de 2011, que dispunha, àquela altura, sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA), sigla inicial, depois mudada para UFOB. Considerando o avanço do desse documento na aludida casa parlamentar, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu-MEC) resolveu emitir a Portaria 107/2012, cuja finalidade era instituir uma nova comissão para tratar do processo de implantação da UFOB.

Na prática, a constituição de tal comissão serviu apenas para incorporar novos integrantes à comissão mista que havia sido criada exatamente para tomar as providências que conduzissem à implantação da UFOB. Nesses termos, somaram-se aos integrantes originais as seguintes figuras: os professores da UFBA José Albertino Carvalho Lordelo, Maria Roseli Brito Gomes de Sá e José Vasconcelos Lima Oliveira, e dois servidores do MEC, Bárbara Cristina Monteiro de Matos e Antônio Simões Silva. Posteriormente, ainda no transcurso do ano de 2012, foram agregados aos trabalhos dessa comissão os professores Roberto Bagattini Portella e Adriana Migliorini Kieckhöfer.

Cumprindo o papel que lhe cabia, tal comissão percorreu os cinco municípios indicados para a implantação da UFOB (Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Barra, Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa) buscando conhecer pormenorizadamente as suas diferentes realidades nos mais variados planos. A bem da verdade, ela adotou, acertadamente, como prática a discussão do projeto de implantação da UFOB com as representações de variadas instituições, dos mais diversos matizes, de todos os municípios que compõe a região Oeste, oportunidade em que se procurava, a um só tempo, oferecer alguns esclarecimentos e expor os propósitos da Universidade que se estava pensando em edificar.

A operacionalização desse expediente se dava por meio da promoção de audiências públicas que, muitas vezes, se desenrolavam sob uma atmosfera de euforia e expectativa, que se combinava com um clima de forte tensão, dados os conflitos de interesses que, não raras vezes, se explicitavam. Uma questão que gerou grande celeuma em eventos dessa natureza foi indiscutivelmente qual município deveria abrigar o Campus que reuniria os cursos ligados às Ciências Agrárias, dado que a região em tela se apresenta como uma fronteira agrícola emergente.

Como não poderia deixar de ser, as discussões sobre a implantação da UFOB tiveram o condão de produzir uma importante mobilização das forças sociais, políticas e econômicas que atuam na região, que contava com a participação de atores ligados a um amplo espectro de instituições, entre as quais se pode destacar: Governo do Estado, Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (via participação ativa de deputados com forte penetração política na região), CODEVASF, Associação dos Municípios do Médio São Francisco (AMOVALE), União dos Municípios do Oeste da Bahia (UMOB), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe (SITRUSMA), Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (ABACAFÉ), Associação dos Engenheiros Agrônomos de Luís Eduardo Magalhães (AGROLEM), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (ACRIOESTE), Comissão da Paz, Associação dos Artesões e Artistas de Santa Maria da Vitória (ASSOCIARTE), dentre outros.

Não há como negar que todo esse trabalho de articulação, empreendido pela citada comissão, surtiu efeitos bastante benéficos tanto porque resultou em indicações importantes, notadamente quando se pensa nos cursos que deveriam ser implantados em cada Campus, contemplando-se, como tinha que ser, as características e necessidades dos municípios e os interesses regionais, quanto por proporcionar acordos que permitiram ganhos efetivos em termos da estrutura física que era exigida para que a nova universidade ganhasse corpo.

Ao se procurar esmiuçar como se deu essa articulação em cada município de modo concreto, avistam-se certas situações que merecem ser trazidas à baila. No caso de Barreiras, especificamente, tem-se que tomar como pano de fundo que as articulações que foram processadas levaram em conta o fato de que o Campus que nele já estava instalado, pois, como descrito anteriormente, a UFBA já vinha tratando de reunir as condições para que o desmembramento almejado pela mencionada comissão fosse levado a termo. Destarte, com vistas a ampliar a presença da universidade que estava gestada no município em tela, a comissão em questão fez a indicação de que a universidade pleiteasse junto ao Governo do Estado a doação da área e a estrutura do Hospital Eurico Dutra, ainda hoje subutilizada, para, mediante reforma e novas construções, abrigar as práticas dos cursos de saúde, em especial o de Medicina.

Já no município de Santa Maria da Vitória, que também é carinhosamente chamado de Samavi, a comissão de implantação procurou envidar esforços no sentido de identificar um espaço para abrigar o Campus que lá seria instalado. Nessa empreitada ela contou com o apoio

da prefeitura municipal, posto que essa ofereceu a cessão de uso da Escola Municipal José Teixeira de Oliveira. Os integrantes da comissão entenderam que tal instalação seria suficiente para atender as demandas iniciais, ainda que fossem necessárias reformas. Não obstante, pensando mais a longo prazo, procuraram manter tratativas com a comunidade local no sentido localizar uma área que pudesse ser doada, a qual se destinaria a abrigar o Campus definitivo da UFOB, que haveria de ser edificado posteriormente.

Havia o entendimento, por parte da comissão, de que Samavi, por se distinguir como uma localidade que possui forte tradição cultural, nas letras, na música cantada e instrumental, nas artes plásticas, dança, etc, seria o local ideal para acolher os cursos ligados às Artes e à área de Comunicação. Registre-se aqui que essa leitura por parte dos integrantes da mencionada comissão não se harmonizava de modo perfeito com os anseios manifestados por algumas forças políticas desse município, dado que eles ansiavam ser contemplados com o curso de Direito.

Indubitavelmente, uma das experiências mais desafiadoras e ricas que os integrantes da comissão responsável pela implantação da UFOB vivenciaram foi no município de Bom Jesus da Lapa. De início, e mimetizando a prática adotada em outras localidades, eles iniciaram os trabalhos realizando vistorias em espaços de ensino público para possível utilização pela UFOB. Desse escrutínio, percebeu-se que a Escola São Vicente de Paula se apresentava como a melhor opção para abrigar as futuras instalações da UFOB.

Porém, diferentemente do ocorrido em outras localidades, a utilização desse espaço implicava o pagamento de aluguel, já que ele era de propriedade da Diocese Católica da Lapa. Reconhecendo a importância da implantação de um Campus da UFOB nos seus domínios, a prefeitura municipal de Bom Jesus da Lapa entendeu ser adequado arcar com o valor do referido aluguel. Embora crucial, num primeiro momento, essa solução revertia-se de um caráter paliativo, pois, em verdade, era preciso encontrar de natureza definitiva, o que envolvia naturalmente se encontrar um terreno no qual se pudesse edificar um futuro Campus universitário que comportasse todas as estruturas físicas que uma unidade educacional desse nível de ensino encerra. Trabalhou-se na direção de encontrar um desfecho imediato para essa situação, já que a comissão chegou a identificar uma área propícia para esse fim, localizada no principal vetor de crescimento da cidade, e que distava, aproximadamente, 3,5Km do seu centro.

Ao tratar dos meandros envolvidos nesse trabalho de aproximação da comissão de implantação da UFOB com os atores de Bom Jesus da Lapa, convém tomar como pano de fundo que as suas lideranças municipais e de suas adjacências haviam acordado, de forma tácita,

pleitear a indicação dos cursos das Ciências Agrárias. Esse interesse se justificava, entre outras coisas, por conta de que a CODEVASF desenvolve um arrojado projeto agrícola no referido município e nas suas redondezas, o Projeto Público de Irrigação Formoso, que explora o potencial dos municípios da bacia do Rio Corrente e conta, segundo Marques (2021), com 286 km de canais, 175 km de adutoras, 120 km de drenos, 23 estações elevatórias de bombeamento, compreendendo 11.707 hectares irrigados, fazendo do município em tela o maior produtor de banana do Brasil.

Como se vê, esse era um pleito que não era apenas legítimo, mas também absolutamente bem fundamentado. No entanto, a comissão de implantação não o endossou, posto que ela identificava outros predicados em Bom Jesus da Lapa que faziam dessa localidade o espaço ideal para acolher mais imediatamente os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, vislumbrando, para o futuro, a ampliação da oferta de cursos na área de engenharia, de modo a torná-la um centro tecnológico de referência.

Para convencer a comunidade local de que esse encaminhamento fazia todo o sentido, ela teve que lançar mão da explicitação de alguns elementos que indicavam, por assim dizer, outras fontes de vantagem competitiva de tal município que o tornavam o lugar propício para a instalação dos mencionados cursos. Destarte, seus integrantes começaram por enaltecer o fato de que Bom Jesus da Lapa abriga uma unidade da Aeronáutica, o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo Bom Jesus da Lapa (DTCEA-LP), com instalações de radar e outros equipamentos, que atuam como suporte do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), bem como uma unidade da Marinha, a Agência Fluvial da Marinha do Brasil, que atua na segurança da navegação e prevenção da poluição hídrica na bacia do São Francisco, garantindo, no período do defeso, importante assistência às populações ribeirinhas mais isoladas.

Ademais, eles também fizeram questão de pontuar que a localização privilegiada do município em foco nas margens do São Francisco, entroncamento de rodovias importantes e as infraestruturas existentes, faz dele, possivelmente, um dos melhores locais do oeste baiano para se instalar um terminal multimodal da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), que consiga integrar, simultaneamente, os sistemas de transporte de carga ferroviário, aéreo, rodoviário e fluvial.

Nesse diapasão, os integrantes da comissão de implantação da UFOB também fizeram questão de destacar que no município de Bom Jesus da Lapa encontra-se a Subestação Bom Jesus da Lapa (SBJL), que interliga o sistema de distribuição da Companhia Hidroelétrica do São

Francisco (CHESF) ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que, por sua vez, conecta eletricamente os principais estados da federação. Considerando a proximidade dessa subestação ao parque de energia eólica da região de Caetité – Guanambi, que estava em implantação, e o elevado potencial da região para produção de energia solar, o complexo de subestação SBJL se tornou um tronco natural de integração e transmissão de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Como se não bastasse, somou-se a esse conjunto de argumentos um outro, que foi muito valorizado pelo professor Luiz Rogério Bastos Leal, presidente da comissão de implantação, geólogo de formação, que dizia respeito ao elevado potencial mineral da região de Bom Jesus da Lapa e adjacências, àquela altura ainda muito pouco explorado.

Concentrando-se agora na exposição de alguns fatos que deram o tom da visita da comissão de implantação ao município de Luís Eduardo Magalhães, impõe-se, de imediato, destacar um primeiro óbice que ela enfrentou e que diz respeito a não localização de um espaço escolar público que se destinasse a implantação do Campus transitório da UFOB. A essa altura, tal município se deparava, em verdade, com uma escassez de estabelecimentos escolares públicos para abrigar o excedente de alunos que lá existia, situação essa derivada do intenso processo migratório que ele experimentou, desde a sua criação.

Interessado em superar esse imbróglio, o então prefeito Humberto Santa Cruz ofereceu o prédio da Creche Pequeno Príncipe, um espaço que havia sido construído pelo Governo do Estado e cedido ao município, mas que apresentava alguns problemas estruturais que exigiam correções, as quais ficariam a cargo da UFOB. Na impossibilidade de contar com essa estrutura de modo imediato, a comissão de implantação envidou esforços no sentido de fazer com que a operação da UFOB, em Luís Eduardo Magalhães, fosse iniciada em algumas salas cedidas nas dependências da Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira (FAAHF).

Para a implantação definitiva do Campus em Luís Eduardo Magalhães, foi ofertada por empresários locais uma área de 60 hectares, situada no loteamento cidade universitária. O espaço foi aceito de pronto pela comissão para posterior regularização. Duas razões justificavam a adoção dessa decisão por parte da comissão de implantação: 1) o fato desse espaço contar com a oferta de serviços básicos de infraestrutura; e 2) o temor de que ele fosse alvo de um forte esquema de especulação imobiliária urbana, quadro esse que poderia empurrar a futura implantação da UFOB para local distante do centro.

Em que pese essa mobilização da comissão, quando a Universidade, alguns anos depois, intentou a regularização do mencionado terreno, viu-se envolta em sérios conflitos de interesses

políticos e empresariais locais, os quais a forçaram a declinar da sua propriedade e a buscar outro meio para ter acesso a uma área que permitisse a instalação do seu Campus definitivo. Desse modo, ela mobilizou sua administração central e abriu um Edital de Chamada Pública nº 01/2016 no município com vistas a receber a doação de um novo terreno. Nessa oportunidade, algumas áreas foram ofertadas por proprietários locais, e a comissão julgadora específica que foi constituída para escolher um dos terrenos optou por um que ficava localizado acerca de 1,8 km da BR242 e que tinha uma área total de 87,87 hectares, sendo 53,21 hectares de área útil e 34,66 hectares destinados a Área de Preservação Permanente (APP).

Como orquestrado nos outros municípios, a comissão de implantação da UFOB tinha também em Luís Eduardo Magalhães a tarefa de chegar a bom termo com os atores locais no que tange à questão dos cursos que lá seriam ofertados. Por certo, em tal município havia, por assim dizer, o mais forte apelo para a implantação dos cursos da área das ciências agrárias. Entretanto, os integrantes da aludida comissão entendiam que poderia haver uma espécie de saturação de profissionais dessa área na região oeste da Bahia, já que a UNEB, juntamente com a FAAHF, instaladas respectivamente em Barreiras e em Luís Eduardo Magalhães, já desempenhavam a função de formar pessoas no campo da Engenharia Agrônômica.

Desse modo, eles trabalhavam com a perspectiva de que Luís Eduardo Magalhães deveria acolher cursos que ampliassem a sua cadeia de produção, com fortíssimo pendor agrícola, priorizando ações que lhe permitissem avançar para o desenvolvimento e fortalecimento de um setor agroindustrial. Por essa razão, a comissão de implantação fez a indicação dos cursos de Engenharia de Produção e Engenharia de Biotecnologia, os quais são direcionados à industrialização e à pesquisa voltada ao aproveitamento industrial. Fundamentava esse encaminhamento também o entendimento de que o passo futuro do agronegócio operacionalizado na região oeste da Bahia será a agroindustrialização, principalmente após a implantação da Ferrovia da Integração Oeste Leste (FIOL), que permitirá o escoamento da produção do oeste baiano a um custo menor.

Para dar contornos finais a esta seção, resta se debruçar sobre os elementos que informam sobre os trâmites que foram conduzidos pelos integrantes da comissão de implantação da UFOB no município da Barra com vistas a dar concretude à ideia de fazer com ele acomodasse tal instituição de ensino superior. É bom que se diga que esse era um feito que se revestia de uma certa mística de redenção para o município em tela, situação essa que ficou cabalmente caracterizada na fala de um cidadão que participou de uma das audiências públicas que foram

promovidas para debater com a sociedade da Barra a instalação do mencionado equipamento público de educação. No dizer dele: “a chegada da comissão especial, trazendo a notícia da implantação de uma universidade federal em nosso município, soa como se estivéssemos ouvindo outra vez o vapor apitando no cais”.

O que esse cidadão queria verdadeiramente expressar com essa sua fala era que a instalação da UFOB nos domínios da Barra assumiria uma feição redentora para tal município, na medida que tinha potencial para, por assim dizer, recolocá-lo na prateleira dos municípios economicamente mais importantes da região oeste da Bahia, como fora no passado, uma vez que foi, durante um largo intervalo de tempo, o entreposto comercial mais destacado e a principal via de penetração fluvial da região.

Foi, pois, contaminado por essa mística redentora, como a bem da verdade, se deu em todos os outros municípios que foram mencionados até aqui, que o então prefeito da Barra, o senhor Artur Silva providenciou a cessão de uso da Escola Municipal Professor Elísio Mourão, para a instalação provisória da UFOB no município. Em outro momento, após visita da comissão ao local, verificando as condições de infraestrutura, foi doada pelo município uma área de 80 hectares nas margens da BA 161, próxima à entrada da cidade, para a implantação definitiva do Campus da Barra, que passou a incorporar o patrimônio da UFOB.

Como em todos os municípios visitados, a comissão de implantação tinha que deliberar, juntamente com a sociedade local, sobre quais cursos deveriam ser implantados na Barra. Apoiada e respaldada em um conjunto de informações, tal comissão recomendou a implantação dos cursos de ciências agrárias, Agronomia e Medicina Veterinária, no Campus da Barra. Para chegar nesse desiderato, a aludida comissão considerou, como tinha quer ser feito, a localização geográfica do município da Barra, o qual se encontra na zona de transição entre o cerrado e o semiárido, apresentando solos bastante arenosos, com baixa presença de argila, possuindo 36% do seu território no bioma caatinga e detendo um enorme potencial de irrigação, em face da sua localização privilegiada entre as bacias do Rio Grande e a do Rio São Francisco (BAHIA, SEI, 2001).

Tais fatos mostram a importância dos estudos da localização como fator significativo para tomada de decisões de investimentos. Não por acaso, os membros da comissão em foco aspiravam que a implantação da UFOB na Barra se somasse a outras iniciativas que vinham sendo tomadas pelo poder público no campo educacional de criação de estruturas científicas que direcionassem, prioritariamente, as suas pesquisas para a busca de alternativas que mitigassem e/ou superassem alguns dos graves problemas que atingem a região semiárida do Brasil. Neste

particular, certamente a mais imperiosa é encontrar soluções que lhe possibilite avançar em termos de produção agrícola, de modo a dinamizar as economias dos municípios que a integram e, por via de consequência, favorecer os seus respectivos processos de desenvolvimento.

4 Considerações finais

Tendo em vista tudo o que foi pontuado até aqui, conteúdo esse que procurou se harmonizar com o objetivo traçado para essa investigação, saltam aos olhos ao menos duas constatações. A primeira é que não foi, em absoluto, uma tarefa simples tirar do plano das ideias e transformar em realidade o projeto de criação de uma universidade federal na região oeste da Bahia. Trata-se de uma área considerada como pertencente à fração do território nacional conhecida como Brasil Profundo, e que, em que pese abrigar em alguns dos seus espaços aquilo que é considerado *up to date* na esfera do agronegócio que opera no país, é uma região historicamente marcada por um conjunto de carências, notadamente aquelas relacionadas ao campo educacional que a impedem de dar passos mais assertivos na direção do desenvolvimento econômico.

Por certo, não fosse o empenho e boa vontade dos atores e das instituições que abraçaram a iniciativa de criar a UFOB, tentando contornar as divergências e as disputas políticas que corriqueira e frequentemente se apresentam em processos dessa natureza, esse projeto não teria saído do papel. Destaque nesse particular deve ser conferido aos dirigentes da UFBA, por não terem se esquivado da tarefa de auxiliar e conduzir muito proximamente o processo de gestação de uma nova instituição de ensino superior nos rincões da Bahia, ao Governo do Estado da Bahia, por ter sido diligente em apoiar essa empreitada, às lideranças políticas e sociais dos diferentes municípios da região oeste que, mesmo apresentando interesses e demandas pouco ou nada convergentes, nos momentos decisivos abandonaram as querelas e envidaram esforços para que a UFOB ganhasse corpo, bem como aos integrantes da Comissão de Implantação dessa unidade universitária, por terem sido capazes de escutarem as demandas que provinham dos diferentes agentes que integram o meio político e social dos municípios agraciados pela presença desse equipamento de educação pública e por buscarem conciliar os interesses de diversas ordens, balizando sempre os seus posicionamentos com argumentos que primavam pela edificação de uma estrutura universitária que fosse efetivamente capaz de contribuir com o desenvolvimento regional.

A segunda, por seu turno, diz respeito à perspectiva redentora envolvida no processo de gestação da UFOB, na medida em que trazia esperança da chegada de um novo tempo, no qual abrir-se-iam possibilidades reais de mitigação das fragilidades socioeconômicas da região oeste, ao tempo que alimentava a crença de que poderia ser um elemento crucial para o fortalecimento das suas virtudes, tornando-a, por assim dizer, mais capaz de despertar o interesse de diferentes atores econômicos, o que poderia, por exemplo, ser muito benfazejo para dinamizar a sua economia, gerando emprego e renda.

Dito isso, faz-se mister considerar que não foi, em hipótese nenhuma, intenção deste resumo investigativo dar conta de toda a história que cerca a criação da UFOB. Não há dúvida que para ser mais bem sucedido nesse intento, seria necessário empreender uma pesquisa ainda mais robusta, valendo-se inclusive dos instrumentos metodológicos que sustentam as pesquisas de natureza qualitativa, e cujos resultados deveriam evidentemente ser apresentados não no formato de um artigo. De todo modo, entende-se que o relato aqui apresentado tem seus méritos e, portanto, pode, de alguma maneira, orientar pesquisas futuras sobre a UFOB.

Nesse particular, uma tarefa que se impõe, no curto prazo, é procurar descortinar de que maneira a UFOB vem operando e, por conseguinte, buscando contribuir com o desenvolvimento do oeste da Bahia. São múltiplos os ângulos que permitem avaliações com esse viés, os quais contemplam desde a sua influência no processo de geração de emprego e circulação de renda, passando pelas reverberações que promove do ponto de vista da formação de capital humano, da pesquisa e inovação, bem como da interação que estabelece com a sociedade, entre outros.

Referências

A TARDE, Bahia lidera ranking da produção de banana. 13 de fevereiro de 2020. HERMES, Mirian. AGUILAR, Raul. **Disponível em:** <https://atarde.com.br/colunistas/tempopresente/bahia-lidera-ranking-da-producao-de-banana-1109813#:~:text=o%20per%c3%admetro%20irrigado%20de%20formoso%2c%20em%20bom%20jesus%20da%20lapa,da%20fruta%20contabilizados%20em%202019>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ANDRADE, A. C et al. **A universidade e o desenvolvimento regional**. Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 1980. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/simple-search?location=%2F&query=%281980%29+A+universidade+e+o+desenvolvimento+regional.+Universidade+Federal+do+Cear%C3%A1+-+UFC%2C>. Acesso em: 25 mar. 2023

AIBA. **Anuário da Safra do Oeste Baiano 2018/2019**. 2020, 78.p. Marca Studio Criativo. Disponível em: www.aiba.org.br. Acesso em: 20 mar.2022

AIBA. **Boletim da Safra 2022/2023**. 2022, 05.p. Disponível em: <https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Boletim-n5-.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **A Implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: Um Estudo de Caso do Campus Universitário de Altamira.** Dissertação (mestrado) em Educação. UFPA, Belém, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/2790>. Acesso em: 20 mar.2023.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Solos do Estado da Bahia**, 2001. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/inf_geoambientais/cartogramas/pdf/cartosolos.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. 2021. Disponível em: <http://www.transparencia.ba.gov.br/DadosSocioEconomicos/PIB>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BELAS, Ângela de Oliveira. ALVES, Luís André de Aguiar. MOTTA, Margarida. **Mudanças Sociodemográficas Recentes: Região Oeste.** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia- SEI. Salvador, 2000. 124.p

BOSI, Alfredo et al. **A Presença da Universidade Pública.** 2000. São Paulo. USP. Disponível em: http://www.uel.br/cce/fisica/Sbpc_Id/unipub.html#carlos. Acesso em: 31 ago.2022

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL2204/2011- Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOBA, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=518562>. Acesso em: 20 dez. 2022

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 4082/1998 - Dispõe sobre a criação do Estado do Rio São Francisco.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/25621>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Controladoria Geral da União (CGU). **Data de Criação da Universidade e dos Campi - Pedido 23546031282202168.** Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=23546031282202168>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL, CODEVASF. **PRODUÇÃO EM PROJETOS IRRIGADOS DA CODEVASF NO OESTE BAIANO ALCANÇA 352,9 MIL TONELADAS EM 2022.** 2023. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/noticias/2023/producao-em-projetos-irrigados-da-codevasf-no-oeste-baiano-alcanca-352-9-mil-toneladas-em-2022>. Acesso em: 28 jul.2023
BRASIL, FIOL. **A FERROVIA OESTE -LESTE.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/novos-projetos-ferroviarios/ef-334-fiol-ii-e-fiol-iii>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL, IFBA. **Instituto Federal da Bahia – Barreiras.** 2023. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/barreiras/institucional3/o-campus>. Acesso em: 29 jul. 2023.

CUNHA FILHO, Valter Bastos. **Universidade e Desenvolvimento Regional: O Caso da Universidade Federal do Oeste da Bahia.** Dissertação (mestrado) em Desenvolvimento Regional. Universidade Salvador (UNIFACS). 2023, 236p. Disponível em: <https://tede.unifacs.br/tede/browse?type=author&value=Cunha+Filho%2C+Valter+Bastos>. Acesso em: 20 jul.2024.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. Expansão, interiorização e alterações nas universidades federais no contexto do desenvolvimentismo. *In*: FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs). **Universidades públicas: mudanças, tensões e perspectivas.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 17-56.

FILHO, José. **Desvendando os Altos Índices de Produtividade do oeste baiano**. AIBA Rural. 2021, 26.p.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. SILVA, Ozana Rebouças. VIEIRA, Vanessa da Silva. Gênese e Dinâmica do Município de Luís Eduardo Magalhães /Bahia. Fonseca, Antônio Ângelo Martins da et al. (Org.) **Dinâmica da Reestruturação do Espaço Local e Regional no Estado da Bahia**. Salvador. JM Gráfica e Editora Ltda, 1 ed., 214 p., 2010.

HOFF, Débora Nayar. PEREIRA, Camila Amaral. PAULA, Luís Gustavo Nascimento de. **O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional**. Redes. Universidade de Santa Cruz do Sul, v.22, n.1, jan. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5915>. Acesso em: 25 mar.2023

MARQUES, Tiago. **Sobre o Projeto Formoso**. Agência Sertão, 2021. Disponível em: <https://agenciasertao.com.br/>. Acesso em: 02 de dez.2022.

MARQUES, Antônio Carlos Henriques. CEPÊDA, Vera Alves. Um Perfil Sobre a Expansão do Ensino Superior Recente no Brasil: Aspectos Democráticos e Inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012

PADIM, Dayton Fernando. **O trabalho intensificado e extensificado do professor gestor na Universidade Federal do Oeste da Bahia**. Tese (doutorado) em Educação. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). 2022, 307p. Disponível em: <https://repositorio.Ufscar.br/handle/ufscar/16568>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ROLIM, Cássio. SERRA, Maurício. Universidade e desenvolvimento: Ser da região x estar na região. **Congresso Ibérico de Estudos Africanos**. Lisboa, 2010, 21.p. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2383/1/CIEA727ROLIM%26SERRA%20e%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 25 jul.2022.

SELIGABARREIRAS, 13 jul. 2022. **Homenagem João de Germano**. Disponível em: <https://www.seligabarreiras.com.br/vereadora-carmelia-da-mata-homenageia-joao-de-germano/>. Acesso em: 26 nov.2022

SERRA, Maurício. ROLIM, Cássio. BASTOS, Ana Paula. **Universidade e a “mão visível” do Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro. Ideia D. 2018. 412.p.

SILVEIRA, Ana Paula. ROTHEN, José Carlos. SOUZA, Andreliza Cristina de. PASCHOALIN, Pamela Cristina Botiglieri. MARTINS, Priscila de Paulo Uliam. **Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais: Análise da Produção Acadêmica no Período de 2008 a 2017**. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP. v. 31, n.64/2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v31.n.64.s14565>. Acesso em: 17 jul. 2022

TEIXEIRA, Marta Emília. **O impacto do REUNI sobre a gestão administrativa e financeira da Universidade de Brasília**. Dissertação (mestrado) em Economia. Brasília 2013, Universidade de Brasília (UNB), 81.p. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/14264>. Acesso em: 20 ago.2022.

Universidade Federal da Bahia (UFBA). **Comissão de implantação da UFOB é recebida com entusiasmo no oeste baiano**. Disponível em: <https://www.ufba.br/ufbaempauta/comiss%C3%A3o-de-implanta%C3%A7%C3%A3o-da-ufob-%C3%A9-recebida-com-entusiasmo-no-oeste-baiano>. Acesso em: 12 jan. 2023.

Universidade Federal da Bahia (UFBA). **ICADS forma primeira turma de seus quatro cursos em Barreiras**. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/icads-forma-primeira-turma-de-seus-quatro-cursos-em-barreiras. Acesso em: 12 jan. 2023.

Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). **Sistema de dados abertos da UFOB**. Disponível em: <https://ufob.edu.br/>. Acesso em: 20 nov. 2023.